

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Valter Campanato/Agência Brasil



Presidente e deputado apresentam suas armas

Lula e Lira terão que conversar sobre a sucessão

A pesquisa feita com deputados federais pelo instituto Quaest divulgada nesta quarta-feira (22) explicita e torna objetivo em números o problema que todo mundo já sabia que existia na relação entre o governo e o Congresso. De acordo com a pesquisa, 44% dos deputados entrevistados considera ruim essa relação. E 64% deles relata não ter a menor relação com o presi-

dente Luiz Inácio Lula da Silva e algum dos seus ministros. Na verdade, a pesquisa é a expressão da complicada escolha que fez o eleitor em 2022: elegeu um governo comandado por um partido de esquerda para tratar com um Congresso conservador, de direita. Mas as fâscas se tornaram maiores com o empoderamento do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

Chancela

Se tal relação já seria difícil, mais complicada ficou com a chancela de Lira para tudo. Na sucessão de Lira, Lula quer mudar. Trabalha por um novo arranjo no qual o governo não fique tão escanteado. Lula quer o próximo comando da Câmara com menos poder.

Interferência

Ou, pelo menos, que a escolha do sucessor de Lira tenha maior interferência de Lula. E é nisso que o presidente trabalha desde o início do ano, antes mesmo do retorno do Congresso em fevereiro. Foi por saber disso que Lira fez aquele discurso iritado na abertura.

Valter Campanato/Agência Brasil



Lira não consegue impor Elmar sem negociar

Nem um nem outro têm poder total na escolha

O que parece acontecer desde então é que, neste momento, nem Lira nem Lula têm poder total para definir quem será o próximo presidente da Câmara. Lula tentou trabalhar um nome alternativo. Mas, pelos seus cálculos, ele hoje largaria na disputa tendo em torno de 150 votos. Não conseguiria, assim, ganhar a dispu-

ta. Mas nem Lira tem, da mesma forma, o poder que teve quando obteve 464 votos para ser presidente, um recorde na história do Parlamento. Lira já não consegue emplacar seu favorito, Elmar Nascimento (União-BA) como imposição. Elmar só se elegeria com negociação. Que poderá concluir por um outro nome.

Governismo

No ano passado, quando o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) fez um “ranking do governismo”, o União, liderado por Elmar, votava com o governo em apenas 45% dos casos. Ou seja, mesmo na base, o partido comportasse como oposição.

Dividido

Produto da união do DEM com o PSL, o União tem um comando dividido. Tão dividido que a briga agora pela presidência foi parar nas páginas policiais. E dividido também quanto à sua relação com o governo Lula, ainda que isso também aconteça em outras siglas.

Temor

Esse é o temor de Lula. Se Elmar se eleger presidente da Câmara empoderado como foi Lira, pode talvez até aumentar o tamanho do cacife das apostas na relação com o governo. Se Lira cobra caro pelo apoio, Elmar poderia cobrar ainda mais caro, até pelas características da União.

Bahia

Finalmente, muito da discussão passa pela Bahia. Que é a terra de Elmar e do maior comandante do União, ACM Neto. Mas é também a terra do líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT), e do ministro da Casa Civil, Rui Costa. Tudo passará pelos interesses baianos.

Salles defende endurecer a política anti-drogas

Relator sugere prisão também para usuários de entorpecentes

Por Gabriela Gallo

Após ser aprovada com ampla maioria no Senado Federal, a Câmara dos Deputados começou a discutir a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 45/2023, que reforça lei anti-drogas, criminalizando o porte e posse de entorpecentes ilícitos. Nesta quarta-feira (22), a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados começou a debater a proposta e continuará o debate na sessão desta quinta-feira (23). Aprovada na CCJ, a medida seguirá para o plenário da Casa. Se aprovada no plenário da Câmara, o texto retornará para o Senado, por conta das alterações do relator na Câmara, deputado Ricardo Salles (PL-SP).

A discussão acerca do tema no poder Legislativo se deu após o Supremo Tribunal Federal (STF) dar início ao julgamento sobre a descriminalização do porte de drogas para consumo próprio em pequenas quantidades. O julgamento na Suprema Corte foi suspenso em março deste ano, ainda sem data para retornar. Antes da interrupção, a Corte aparenta estar relativamente dividida quanto ao tema, com 5 votos favoráveis contra 3 contrários para a descriminalização somente do porte de maconha para uso pessoal.

Usuários

Como reação, começou a tramitar no Congresso a PEC, em linha oposta à descriminalização. O texto, de autoria do



Mário Agra/Câmara dos Deputados

Salles quer usuário também penalizado como traficante

presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), altera a já existente Lei das Drogas (Lei 11.343/2006) ao reforçar a criminalização dos entorpecentes. Tanto a discussão no STF quanto à PEC que tramita no Congresso foca no usuário e não no traficante. Porém, o relator na Câmara Ricardo Salles defende que a lei tem que endurecer o combate às drogas penalizando também o usuário.

Atualmente, a Lei de Drogas não tem uma definição de qual é a quantidade de substância que separa o traficante do usuário, o que deixa a definição a cargo de uma avaliação que acaba se tornando subjetiva da Justiça Brasileira. O artigo 28 da Lei das Drogas determina que quem “adquirir, guardar, tiver em depósito, transpor-

tar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas” terá como pena: “advertência sobre os efeitos das drogas, prestação de serviços à comunidade e medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo”.

No entanto, na avaliação de Ricardo Salles, os usuários também deveriam ser penalizados da mesma forma que os traficantes. Na avaliação do deputado, eles incentivam o tráfico. “O que essa legislação tem feito é tratar o usuário como vítima, e toda sociedade se vê obrigada a tratá-lo como vítima”.

“O que essa distinção entre usuário e traficante tem trazido é o agravamento desse problema [racismo nas atuações policiais acerca das drogas]. Esse é provavelmente o único objeto de crime no qual quem vende

Governo estima que tributária aumentará PIB para até 20%

Por Gabriela Gallo

Em meio às expectativas da regulamentação da reforma tributária, a equipe econômica do governo federal realizou uma audiência pública na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, nesta quarta-feira (22), para esclarecer sobre o Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 68/24 que regulamenta a medida. Durante a audiência, o secretário extraordinário da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, disse que a aprovação da medida resultará em um aumento de até 20% no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro.

“Não é efeito curto, mas um efeito muito relevante. Nós estamos falando que daqui a 10, 15 anos, o PIB do Brasil vai poder estar 10% a 20% maior do que seria sem a reforma tributária”, afirmou Appy. Durante a audiência, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, defendeu que a alíquota base de 26,5% do Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) será “muito menor do que é hoje”. Ele completou que “se todo mundo der sua contribuição, a alíquota será menor”, já que a única maneira de baixar a alíquota é aumentando a base de arrecadação.

A expectativa do presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), é aprovar a medida na Câmara antes do recesso parlamentar, que tem início em 8 de julho. Para o ministro da Fazenda, o prazo é “totalmente factível”. O governo federal ainda precisa entregar o projeto que cria o comitê gestor. Haddad disse que o texto será entregue ao Congresso na próxima semana e afirmou que as duas leis “vão substituir os 5570 sistemas municipais, de 27 estados e o da União”.

antes do recesso parlamentar, que tem início em 8 de julho. Para o ministro da Fazenda, o prazo é “totalmente factível”.

O governo federal ainda precisa entregar o projeto que cria o comitê gestor. Haddad disse que o texto será entregue ao Congresso na próxima semana e afirmou que as duas leis “vão substituir os 5570 sistemas municipais, de 27 estados e o da União”.

Taxação

Durante a audiência, Haddad foi questionado sobre a possibilidade da retomada do imposto de importação sobre encomendas do exterior de até US\$ 50 – que atualmente são taxadas pelo Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) estadual com alíquota de 17%.

Ele respondeu que é preciso mais tempo para o governo tomar uma posição sobre a retomada do imposto federal, e que a proposta não é do governo. “Único imposto que continuará sendo cobrado é o dos governadores que veio ano passado. Defendi os governadores [que instituíram uma alíquota de 17% para importações abaixo de US\$ 50]”, afirmou.

Grupos de Trabalho

Após quase um mês desde que a equipe econômica do governo federal entregou o PLP 68/24, o presidente da Câmara



Vinicius Loures/Câmara dos Deputados

Haddad discutiu a reforma em comissão da Câmara

ra dos Deputados Arthur Lira (PP-AL) divulgou os atos de criação dos grupos de trabalho que vão discutir a medida. Os nomes dos parlamentares foram anunciados na noite de terça-feira (21). Serão dois grupos de trabalho, cada um com sete deputados federais. Na avaliação de Lira, como a regulamentação da reforma tributária se trata de um tema amplo, os grupos são necessários para ampliar a representatividade na definição das medidas.

Um dos grupos analisará e irá debater o PLP 68/24, que institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS). Os nomes escolhidos para esse grupo são os deputados Claudio Cajado (PP-BA), Reginaldo Lopes (PT-MG), Hildo Rocha (MDB-MA), Joaquim Passarinho (PL-PA), Augusto Coutinho (Republicanos-PE), Moses Rodrigues (União-CE) e Luiz Gastão (PSD-CE). Com um maior peso, este grupo definirá a maior parte das regras que regulamentam a reforma.

Já o segundo grupo irá tratar do Projeto de Lei Complementar relativo ao Comitê Gestor

é bandido e quem compra é vítima. Isso é um absoluto incentivo ao aumento do tráfico de drogas e ao consumo. Mesmo os usuários que hoje são viciados em algum dia não foram. As pessoas que consomem estão incentivando os que vendem”, defendeu Salles.

“Não há tráfico sem o pequeno traficante”, reforçou o deputado Osmar Terra (MDB-RS), em apoio ao relator da proposta, se referindo aos usuários como os ‘pequenos traficantes’.

Saúde pública

Em contrapartida, parlamentares contrários à proposta, e consequentemente à emenda de Ricardo Salles, alegam que endurecer a medida não resolverá o problema das drogas e nem a quantidade de usuários e dependentes químicos.

O deputado Chico Alencar (PSOL-RJ) citou como exemplo dependentes de drogas lícitas, como álcool e tabaco. Por se tratarem de drogas permitidas dentro da lei, as pessoas enquadradas nesses vícios não correm o risco de serem presas, mas precisam de tratamento. Na avaliação do deputado, o mesmo deveria ser aplicado aos dependentes químicos de entorpecentes ilícitos. “Eu entendo a questão dos vícios das drogas como uma questão eminentemente de saúde pública, e não criminal. A questão, portanto, não é judicial, criminal, policial, de encarceramento. E questão de políticas públicas”, defendeu o parlamentar.

e à distribuição da receita do IBS. Esse será composto por Vitor Lippi (PSDB-SP), Pedro Campos (PSB-PE), Mauro Benedito Filho (PDT-CE), Luiz Carlos Hauly (Podemos-PR), Ivan Valente (PSOL-SP), Aureo Ribeiro (Solidariedade-RJ) e Bruno Farias (Avante-MG). Ambos os grupos terão 60 dias para realizarem os trabalhos, podendo prorrogar o prazo se necessário.

Os parlamentares selecionados, que serão tratados como relatores da medida, atendem a pedidos de 14 partidos com representação na Casa. O relator da reforma tributária na Câmara, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), ficou de fora da lista. Nos bastidores, a avaliação é que Ribeiro ficou de fora dos grupos de trabalho para que as negociações sejam centralizadas em torno da regulamentação. Além disso, como é o último ano de Arthur Lira como presidente da Câmara, a exclusão do nome de Aguinaldo Ribeiro poderia evitar dar um eventual protagonismo ao colega de partido, que poderia emergir como um forte nome para sucedê-lo no comando da Casa.